

Os Outros de Ryukyu/Okinawa: Tessituras Identitárias no Discurso Literário

The Others of Ryukyu/Okinawa: Identity Weavings in Literary Discourse

Gabriela Franco Uechi

Mestrando em Estudos da Condição Humana
Universidade Federal de São Carlos (UFSCar)
gfuechi@gmail.com

Recebido: 17/07/2023

Aprovado: 03/09/2024

Resumo: O artigo explora a construção da identidade ryukyuna/okinawana na obra *Okinawa*, de Susumu Higa, analisando os títulos dos capítulos e a narrativa por meio de conceitos de Maingueneau (2018), Said (2007, 2011) e Spivak (2010). O primeiro volume, *Sword of Sand*, usa a repetição de "areia" para simbolizar resistência na Batalha de Okinawa, enquanto o segundo volume, *Mabui*, aborda a espiritualidade e a resistência cultural pós-guerra. A análise revela como a linguagem literária molda identidades culturais e a representação do "Outro" colonial, evidenciando a complexidade das relações de poder e a persistência da violência colonial. A pesquisa reforça a importância de ouvir a voz do sujeito subjugado para melhorar as relações individuais e coletivas no contexto contemporâneo.

Palavras-chaves: Identidade; Ryukyu/Okinawa; Colonialidade;

Abstract: This article explores the construction of Ryukyuan/Okinawan identity in Susumu Higa's work *Okinawa*, analyzing the chapter titles and narrative through the concepts of Maingueneau (2018), Said (2007, 2011), and Spivak (2010). The first volume, *Sword of Sand*, uses the repetition of "sand" to symbolize resistance in the Battle of Okinawa, while the second volume, *Mabui*, addresses spirituality and cultural resistance in the post-war period. The analysis reveals how literary language shapes cultural identities and the representation of the colonial "Other," highlighting the complexity of power relations and the persistence of colonial violence. This research reinforces the importance of listening to the voice of the subjugated subject to improve individual and collective relations in the contemporary context.

Keywords: Identity; Ryukyu/Okinawa; Coloniality;

Introdução

Foi a primeira vez que vi a terra dos meus antepassados ligada a algo legal.

– Aqui fala que o karatê foi criado em Okinawa!

– Tá escrito que as pessoas de lá têm pele mais escura ...

Na minha família, sempre me contaram que rolava uma rixa entre os japoneses do continente com os okinawanos. Se morasse no Japão talvez a tonalidade da cor gerasse mais preconceito, mas, aqui no Brasil, a gente era tudo japonês mesmo ... (TAYRA, 2021, p.17)

O excerto acima, retirado da história em quadrinho "Amarelo Seletivo", ilustra um dos elementos principais ao se discutir a identidade ryukyuna/okinawana: afinal, são japoneses? A resposta, no entanto, não é simples. Adentrar nos processos históricos de Ryukyu/Okinawa permite uma melhor compreensão tanto das expressões culturais dessa identidade quanto das suas formas de uso. Enxergar ryukyuanos/okinawanos como japoneses pode ser visto como a perpetuação de uma narrativa discursiva colonialista que apaga as violências promovidas pela colonização. Tais violências incluem a integração forçada ao império japonês com anexação e assimilação cultural compulsória (1879-1945), a participação em uma devastadora batalha terrestre no desfecho da Segunda Guerra Mundial (1945), e o status de protetorado dos EUA por quase três décadas, durante o qual os habitantes das ilhas foram privados de seus direitos como cidadãos japoneses (1945-1972). Desde a reversão, a imposição de sediar bases militares dos EUA resultou em problemas como poluição e crimes, incluindo violência contra mulheres. Esses eventos contribuíram para a persistente percepção de injustiça, evidenciada pela posição de Ryukyu/Okinawa como a prefeitura mais carente em termos de renda per capita e níveis de desemprego do Japão (HIGINO;VOGT, 2021).

No título e no decorrer do texto, optou-se por usar o termo Ryukyu/Okinawa¹⁷⁹, em vez de apenas Okinawa, para se referir ao território e às pessoas pertencentes ao antigo Reino de Ryukyu. O termo "Outros", também presente no título, baseia-se na discussão fundamentada pelos estudos de Said (2007; 2011), que oferecem suporte para a análise. Entende-se que o Japão, para autoafirmar tanto sua identidade quanto seu poder, utilizou artimanhas imperialistas semelhantes às das nações europeias, inferiorizando e dominando Ryukyu/Okinawa. Said utiliza os termos "Eu" e "Outro" para destacar a dicotomia entre o Ocidente ("Eu"), que se via como superior, e o Oriente ("Outro"), que era construído como exótico e inferior.

¹⁷⁹ Ryukyu remete à pronúncia dos caracteres chineses utilizados pelo Reino de Ryukyu. Okinawa é a forma como os japoneses se referiam ao Arquipélago de Ryukyu. O arquipélago é formado por quatro subarquipélagos: Amami, Yayama, Miyako e, com a maior ilha e foco deste estudo, Ryukyu/Okinawa.

No processo de formação do estado-nação japonês, Ryukyu/Okinawa frequentemente desempenhou o papel do "Outro" em relação ao "Eu" japonês. Dessa forma, no título, buscou-se destacar os diversos modos pelos quais Ryukyu/Okinawa foi objetificada por nações estrangeiras.

Contudo, apoiando-se no argumento de Spivak (2010), destaca-se que o sujeito subalterno é duplamente silenciado: tanto pelos colonizadores quanto pelas elites nativas que reproduzem a hegemonia. Dessa forma, reconhece-se que, sob a dominação japonesa e estadunidense, o ryukyano/okinawano tem sua projeção cultural e identitária inextricavelmente entrelaçada com sua condição de subalternidade, uma conexão que permeia e define suas narrativas discursivas. Ao tentar se expressar, a voz do subalterno é frequentemente apropriada, distorcida ou completamente ignorada pelos sistemas de poder dominantes.

Grande parte dos trabalhos acadêmicos sobre Ryukyu/Okinawa dedica-se à análise dos conflitos de identidade, abordando-os de forma explícita ou implícita e investigando sua relevância na sociedade e suas implicações políticas. Este estudo, por meio da historiografia e da análise discursiva do mangá Okinawa, de Susumu Higa, busca contribuir para os estudos ryukyuanos/okinawanos, que se diferenciam dos chamados estudos japoneses. Por um longo período, Ryukyu/Okinawa era vista como objeto de pesquisa inserido nos estudos americanistas ou japoneses, principalmente. No entanto, visando enriquecer a reflexão sobre o colonialismo persistente e, assim, promover a discussão contracolonial, os estudos ryukyuanos/okinawanos ganham espaço próprio entre seus pesquisadores.

O texto foi elaborado em duas partes distintas. A primeira abordou uma contextualização histórica por meio de uma revisão bibliográfica, utilizando estudos dos pesquisadores Akamine (2017), Smits (1999), Chatani (2018) e Tanji (2006; 2017) como suporte bibliográfico. Na segunda parte, a ênfase foi a reflexão baseada na análise da produção discursiva literária, adotando a perspectiva contracolonial já mencionada. Essa perspectiva se baseia na compreensão de que a identidade do colonizado é permeada por diversas camadas de concepção e manipulação do Outro (SAID, 2011). Da mesma forma, sua expressão não apenas revela as consequências, mas também a problemática do pensamento colonial presente no subalterno (SPIVAK, 2010).

Entendendo que o discurso literário se refere à maneira como os sujeitos constroem e expressam suas identidades por meio da linguagem, relaciona-se também a forma como a linguagem é utilizada para moldar e comunicar aspectos da identidade, seja ela pessoal, social, cultural ou política (MAINGUENEAU, 2018). Por fim, são apresentadas as considerações finais e referências.

Parte 1: De Reino de Ryukyu até a 47ª Prefeitura do Japão

A história de Ryukyu/Okinawa é marcada pelo colonialismo, que começou em 1879 com a invasão e dominação japonesa. Desde 1945, essa subjugação inclui também as práticas político-militares expansionistas dos Estados Unidos. A resolução da ONU de 1960, conhecida como "Declaração sobre a Concessão de Independência aos Países e Povos Coloniais", foi um marco na luta pela autodeterminação e independência dos territórios coloniais. No entanto, é significativo notar que, apesar dessa resolução, Ryukyu/Okinawa permaneceu sob controle japonês em vez de ser incluída no processo de descolonização aplicado a outros territórios também invadidos pelo Japão, como Coreia, Taiwan, Filipinas, Vietnã e Indonésia. Após a Segunda Guerra Mundial, Ryukyu/Okinawa foi ocupada pelos Estados Unidos até 1972, quando foi devolvida ao Japão, em vez de ser concedida a independência como ocorreu com outros territórios coloniais.

Na conjuntura da formação do Estado-nação japonês, para os líderes e planejadores do Japão durante o período Meiji (1868-1912), a criação de uma nação e a formação de um império eram conceitos praticamente idênticos. Eles frequentemente viam o império como uma versão fortalecida e ampliada do estado-nação (CHATANI, 2018, p.4). Diversas políticas públicas foram desenvolvidas com o objetivo de construir uma nação japonesa homogênea. No entanto, é importante entender a autonomia e independência do Reino de Ryukyu antes da invasão japonesa.

No livro *The Ryukyu Kingdom: Cornerstone of East Asia*, Akamine (2017) afirma que o povo e o Reino de Ryukyu eram soberanos até 1879, baseado em relatórios chineses sobre comércio marítimo na região. Ele sustenta essa afirmação com a documentação portuária que indica a autonomia do Reino de Ryukyu e sua participação voluntária no Sistema Tributário Chinês. Ao contrário da vassalagem imposta pelo Japão, essa participação era parte de um sistema organizado pelas dinastias chinesas para manter relações comerciais entre diferentes reinos e governos. O envio de tributos para a China foi interrompido em 1874, quando o Japão começou a dismantelar os alicerces do Reino.

Durante o período Edo (1603-1868), marcado pela paz entre os daimyôs após séculos de conflitos internos, o Reino de Ryukyu foi forçado a se tornar vassalo do daimyô de Satsuma, localizado na ilha de Kyushu, ao sul do Japão. Para manter sua soberania, o governo central do Japão em Edo (Tóquio) exigia que os daimyôs enviassem comitivas anuais para homenagear o rei. O Reino de Ryukyu cumpria essa exigência como parte da comitiva de Satsuma. Segundo Smits (1999), Satsuma tentava diferenciar os ryukyuanos/okinawanos do resto da comitiva, destacando os aspectos culturais de

influência chinesa neles. Enquanto Satsuma tentava manter distância entre Ryukyu e o Japão, ele se beneficiava dos portos movimentados de Ryukyu, que recebiam navios de toda a Ásia.

O termo "colonização" para descrever a marginalização e a japonização sofridas pela população de Ryukyu/Okinawa é um conceito mais recente. Na historiografia japonesa, tradicionalmente, descreve-se a anexação do arquipélago ao território japonês durante o Período Edo, em 1609. Esta narrativa baseia-se na ideia de que Ryukyu/Okinawa já fazia parte do Japão e que o desmantelamento do Reino de Ryukyu, em 1879, não foi resultado de uma ação colonial. (CHATANI, 2018, p. 93).

O termo "colonização" para descrever a marginalização e a japonização sofridas pela população de Ryukyu/Okinawa é um conceito mais recente. Na historiografia japonesa, tradicionalmente, descreve-se a anexação do arquipélago ao território japonês durante o Período Edo, em 1609. Esta narrativa baseia-se na ideia de que Ryukyu/Okinawa já fazia parte do Japão e que o desmantelamento do Reino de Ryukyu, em 1879, não foi resultado de uma ação colonial (CHATANI, 2018). Contudo, mesmo com o desmantelamento do Reino e a incorporação ao Japão, as políticas coloniais continuaram a ser implementadas até a pós-Segunda Guerra Mundial. A análise da literatura e das expressões culturais das ilhas revela que essa narrativa não pode ser totalmente compreendida sem considerar a violência e as consequências dessa dominação colonial.

A política assimilacionista colonial japonesa (1879-1945)

Após o desmantelamento do Reino de Ryukyu em 1879, o Japão implementou suas instituições. Conforme apontado por Chatani (2018, p.4), mesmo diante das divergências e das diversas posições entre líderes japoneses e colonialistas, o desejo de homogeneizar os súditos imperiais e estabelecer uma nação que abrangesse todo o domínio imperial era compartilhado pelos japoneses, um movimento que a autora denomina como "nação-império".

Houve, portanto, a necessidade de incorporar não apenas o território e a economia, mas também as práticas culturais, espirituais/religiosas e a própria linguagem; "assimilar" significava integrar e incorporar os povos subjugados ao que se entendia como o ser japonês. Vale ressaltar que o imperialismo japonês acompanhou o processo interno de formação do Estado-nação nos moldes europeus, bem como a construção e afirmação de uma identidade nacional japonesa. Nesse contexto, a instituição da escola mostrou-se uma das principais ferramentas tanto na construção de uma identidade nacional quanto na política assimilacionista colonial. Para Smits (1999, p. 150), a

compreensão das representações da identidade ryukyuna/okinawana, desenvolvidas pelos habitantes de Ryukyu/Okinawa a partir do final do século XIX, requer uma análise contextualizada que leve em consideração tanto o fenômeno do colonialismo quanto o conceito moderno de nação.

O apagamento e a negação da história de um povo são as principais ferramentas para o êxito de um projeto colonial. Conforme afirma Spivak (2010, p. 60), “o mais claro exemplo disponível de tal violência epistêmica é o projeto remotamente orquestrado, vasto e heterogêneo de se constituir o sujeito colonial como o Outro. Esse projeto é também a obliteração assimétrica do rastro desse Outro em sua precária subjetividade”.

A citação de Spivak aponta para a ideia de "violência epistêmica", que se refere à forma como o conhecimento e o discurso podem ser usados para subjugar e silenciar certos grupos, especialmente os colonizados. Ela destaca que a constituição do sujeito colonial como "Outro" é um projeto complexo, vasto e heterogêneo, que ocorre de forma remota e muitas vezes invisível. Esse projeto não apenas define o sujeito colonial como diferente e inferior, mas também apaga ou ignora sua subjetividade, sua existência como ser humano completo e complexo. A "obliteração assimétrica do rastro desse Outro em sua precária subjetividade" sugere que, ao mesmo tempo em que o colonizador impõe sua visão de mundo e sua identidade sobre o colonizado, ele também apaga ou distorce a visão que o colonizado tem de si mesmo, sua história, cultura e subjetividade. Isso cria uma assimetria no poder de definir e representar a realidade, reforçando a dominação colonial.

No caso japonês, agentes governamentais, educadores e organizações semigovernamentais desempenharam um papel crucial no controle das populações coloniais. Grupos de influência moral atuavam tanto no Japão quanto em suas colônias, promovendo o nacionalismo centrado no imperador e nos modos de vida modernos. Os programas de treinamento destinados aos jovens eram vistos como integrantes desse intrincado sistema de governança (CHATANI, 2018, p. 7).

Punidos por falarem sua própria língua, os ryukyuanos/okinawanos foram obrigados a reorientar sua identidade em torno do serviço ao imperador japonês e a participar de mitos e rituais do continente; foram pressionados a seguir um caminho de “autonegação, abandonando sua língua e cultura distintas, sua okinawanidade, para se tornarem japoneses” (McMORMACK; NAKASONE; 2012, p. 6, tradução própria).

Embora Ryukyu/Okinawa tenha sido nomeada como "prefeitura"¹⁸⁰, confirmando ser parte integrante do Japão, a relação entre o Estado Meiji e Ryukyu/Okinawa é questionável, levantando dúvidas sobre se Ryukyu/Okinawa era uma parte do Japão como as outras prefeituras ou uma colônia efetiva. Não obstante, os estudos de Smits (1999, p. 149) indicam uma relação colonial, ao considerar que todos os governadores de Ryukyu/Okinawa antes da guerra eram provenientes do continente, assim como a maioria dos funcionários educacionais pré-guerra.

O governo Meiji¹⁸¹ estava aberto à ideia de vender parte de Ryukyu/Okinawa em negociações com a China. As reformas na posse de terras e nos impostos sobre terras ocorreram em 1873 no continente e em 1899 para Ryukyu/Okinawa. Embora as pensões dos samurais tenham sido interrompidas em 1876 no continente, em Ryukyu/Okinawa elas persistiram até 1909. O serviço militar obrigatório foi implementado em 1873 em todas as prefeituras, exceto em Ryukyu/Okinawa, onde ocorreu somente em 1898. As primeiras eleições para a prefeitura e a assembleia nacional aconteceram no continente em 1890, enquanto em Ryukyu/Okinawa essas eleições ocorreram em 1909 e 1912, respectivamente. Ao longo dos anos 1920, a Prefeitura de Ryukyu/Okinawa consistentemente contribuía com quantias muito superiores em impostos para o governo central em comparação com os gastos do governo central em Ryukyu/Okinawa. Quando Ryukyu se tornou a Prefeitura de Okinawa, seu povo e história ficaram entrelaçados com a narrativa emergente do Japão como um Estado-nação. Portanto, a leitura de Ryukyu/Okinawa como uma posse colonial do Japão torna-se aparente com a diferenciação que o governo japonês demonstrava entre as prefeituras do continente e Ryukyu/Okinawa.

A subalternidade evidenciada pela Guerra no Pacífico

A Batalha de Okinawa marcou um ponto crucial na história do arquipélago, consolidando a distinção entre os habitantes de origem ryukyuna/okinawana e aqueles das ilhas principais do Japão. Enquanto anteriormente existia uma narrativa assimilacionista que buscava unificar todos como japoneses, pertencentes a uma única nação, as práticas dos militares japoneses durante a Guerra do

¹⁸⁰ Termo utilizado pelo governo japonês para as divisões administrativas de seu território.

¹⁸¹ Período da história japonesa (1868-1912) marcado pelo fim do xogunato e restauração do poder do imperador, implementação de um parlamento, ocidentalização, expansão territorial imperialista com a modernização militar, adoção do calendário gregoriano e a implementação de um sistema educacional único.

Pacífico na Segunda Guerra Mundial, e as imposições à população e ao território, revelaram as profundas discrepâncias entre a identidade japonesa e a identidade ryukyuna/okinawana.

Em abril de 1945, durante a intervenção militar dos Estados Unidos em Ryukyu/Okinawa, foi promulgada a Proclamação Nimitz, declarando a suspensão de todos os poderes japoneses na região:

Artigo I - Todos os poderes de governo e jurisdição nas Ilhas de Nansei Shoto e águas adjacentes ocupadas pelas Forças dos Estados Unidos e sobre os habitantes destas, bem como a responsabilidade administrativa final, estão investidos em mim, Almirante da Frota, Marinha dos Estados Unidos, Comandante das forças de ocupação e como Governador Militar, e serão exercidos através de comandantes subordinados sob minha direção; Artigo II - Todos os poderes do Governo do Império Japonês são suspensos por esta proclamação (NIMITZ, 1945).

Ryukyu/Okinawa foi sacrificada para evitar ataques ao continente¹⁸² e preservar a política nacional (o sistema imperial). A guerra do Japão na Ásia materializou-se na catastrófica Batalha de Okinawa. Os três meses (março a junho de 1945) de intensos bombardeios receberam a denominação de “tempestade de ferro”; a ferocidade do conflito foi tal que estima-se que um quarto da população ryukyuna/okinawana perdeu suas vidas (McCORMACK; NAKASONE, 2012, p. 6). Relatos de pessoas que perderam famílias inteiras são comuns. Abaixo segue a transcrição da fala de Haruko Oshiro¹⁸³, que perdeu os pais e irmãos durante os bombardeios, restando apenas a sobrinha (Shigeko), que a acompanhou na fuga pela sobrevivência:

na guerra está todo mundo morto, vi a Shigeko, puxei e falei: vamos fugir. Depois uma obassan de parte da família de Shigeko, obassan que cuidou dela e titio que cuidou de mim. Todo na guerra morria, bomba e tudo caiu e morreu, e só sobrou nós duas. Irmão estava vivo, e papai também vivo, tava tudo vivo, mamãe com irmã e irmão, uma vez Boom e bomba e morreram, eu tava meio machucada e nós duas fugimos, puxei e puxei Shigeko, andamos muito, não tinha nada, mato e mato (OSHIRO, registro disponível em mini-documentário de 2022).

A Batalha de Okinawa teve fim em junho de 1945; no entanto, o desfecho final aconteceu com a rendição japonesa, oficialmente firmada em setembro do mesmo ano. Entre o fim da Batalha e a rendição, foi emitida e assinada pelos Aliados a Declaração de Potsdam, representada pelos líderes dos Estados Unidos, Reino Unido e China. Esta Declaração tratou de questões pós-guerra, incluindo a rendição incondicional do Japão, e delineava as condições que deveriam ser seguidas após a rendição.

¹⁸² O Japão “continente” é composto por quatro grandes ilhas e adjacentes, que são: Hokkaido (incorporado em 1869), Honshu, Shikoku e Kyushu.

¹⁸³ Registrado no mini-documentário produzido para o evento organizado em função dos 50 anos da Reversão de Okinawa, ocorrido em junho de 2022, em São Paulo, sob o nome “Comemorar o quê?”.

Entre essas condições, estava a ocupação Aliada no Japão, para garantir que o país fosse transformado em uma nação pacífica e democrática.

No período de 1945 a 1951, os Estados Unidos desempenharam um papel fundamental na reorganização do Japão pós-guerra, participando ativamente na elaboração da Constituição japonesa, que serve como a carta magna do Estado. Em relação a Ryukyu/Okinawa, foi estabelecido o Conselho Consultivo de Okinawa, uma entidade de pesquisa vinculada às forças armadas dos Estados Unidos.

Com a nova constituição japonesa de 1947, parte da população ryukyuna/okinawana entendeu que ser parte do Japão significaria ter os direitos estabelecidos no texto constitucional, e isso seria positivo. Desse modo, foi sustentado um discurso de expulsão dos militares estadunidenses e retorno ao Estado japonês. Esse discurso parecia viável e foi mantido até 1951.

Durante as negociações entre os governos dos Estados Unidos e do Japão, que culminaram no Tratado de São Francisco (1951), foram oficializados o fim do período de ocupação e tutela dos Estados Unidos e a restauração da soberania japonesa, firmando a retirada dos militares estadunidenses do território nipônico, exceto de Ryukyu/Okinawa, onde, além de não terem que se retirar, os Estados Unidos receberam aval para expandir seus domínios nas ilhas. A subalternidade do povo ryukyuno/okinawano foi novamente colocada em evidência quando o Japão utilizou o território conquistado como elemento de negociação, visando interesses próprios.

O Eu no Outro do Outro

A subjugação de Ryukyu/Okinawa pelos Estados Unidos teve início em 1945 e continua até a atualidade. As políticas de intervenção adotadas nesse novo território conquistado podem ser observadas em três momentos: o período pós-guerra sob a Declaração de Potsdam (1945-1952), a governança da USCAR após o Tratado de São Francisco (1952-1972), e a partir da Reversão de Okinawa em 1972, respaldada pelo Tratado de Segurança Mútua de 1960, até os dias atuais.

As relações de poder e controle sobre Ryukyu/Okinawa entre Japão e Estados Unidos evidenciam uma contínua subalternidade da população local, onde o imperialismo se enraizou. Partindo da perspectiva de Said (2007), em que a construção do "Outro" constitui a base para a justificativa dos atos imperialistas, compreende-se que Ryukyu/Okinawa representou esse "Outro" a ser conquistado e subjugado, funcionando como uma reafirmação da própria nação japonesa. Apesar das especificidades do imperialismo estadunidense, conforme afirma Tanji (2017, p. 6), a situação de

Ryukyu/Okinawa ao longo da história confirma a postura colonizadora assumida pelos governos dos Estados Unidos, disfarçada sob o discurso democrático capitalista.

A USCAR (United States Civil Administration of the Ryukyus) foi uma administração civil dos Estados Unidos responsável pela governança das ilhas de Ryukyu/Okinawa, estabelecida em 1950 e atuante até a transferência de controle para o Japão, em 1972. A USCAR desempenhou um papel significativo na gestão dos assuntos locais. De acordo com Shibata (2022), com destaque para a educação, ao fim de sua gestão haviam sido implementadas 683 instituições educacionais, incluindo as três primeiras universidades locais. Shibata, por meio de uma análise de como o "Eu" e o "Outro" foram materializados na reconstrução educacional empreendida pelos Estados Unidos, aponta para três perspectivas: "a transmissão de valores políticos e a transformação da identidade através da reforma e transferência da educação estrangeira; as justificativas ideológicas que legitimaram a reforma; e o contexto geopolítico e sociocultural em que a reforma foi conduzida e absorvida".

Os Estados Unidos não apenas buscaram introduzir seus valores democráticos e culturais entre o povo de Ryukyu/Okinawa, mas também destacaram e incentivaram a preservação da herança indígena ryukyuna, visando desvincular Ryukyu/Okinawa do Japão¹⁸⁴. Essa "operação psicológica", promovida pelos Estados Unidos, representou uma extensão das estratégias de guerra e desempenhou um papel crucial na abordagem estadunidense para a Ásia no pós-guerra. A transformação psicológica da "autoidentidade" dos habitantes de Ryukyu/Okinawa foi facilitada por meio de iniciativas educacionais, mobilidade estudantil e transferência de valores e sistemas dos Estados Unidos (Shibata, 2022).

Os movimentos de protesto protagonizados pelos ryukyuanos/okinawanos foram a base da análise de Tanji (2006), que objetivou compreender quais manejos identitários foram assumidos como forma de lidar com o que a autora denomina *Okinawa Struggle*¹⁸⁵. A autora mapeou três ondas de protestos que se destacaram. A primeira teria ocorrido na década de 1950, marcada pela oposição à aquisição de terras pelos EUA, envolvendo todos os setores sociais, o que possibilitou vislumbrar uma unidade no povo local. Todos os estratos sociais, classes e ideologias — partidos políticos comunistas,

¹⁸⁴ Pode-se citar dois pesquisadores cujas produções foram apoiadas pela política estadunidense, que buscaram apresentar sua própria versão da história ryukyuna/okinawana e japonesa: George Kerr, com *Okinawa: Kingdom and Province Before 1945*, publicado em 1953, e *Okinawa: The History of an Island People*, publicado em 1958; e Ruth Benedict, com "O Crisântemo e a Espada", de 1946.

¹⁸⁵ Tradução própria: Luta de Okinawa

socialistas e conservadores, sindicatos de trabalhadores e professores, e agricultores organizados localmente — foram representados nesse momento (TANJI, 2006, p. 74).

Entretanto, com as resoluções do Tratado de São Francisco e o poder concedido à USCAR, na década de 1960, observou-se uma série de manifestações em massa de oposição política à presença dos EUA em Ryukyu/Okinawa, marcando, assim, a segunda onda de protestos. Segundo Tanji (2006, p. 77), o tema principal dessa onda de protesto era a reversão de Ryukyu/Okinawa para o Japão. Durante esse período, a população de Ryukyu/Okinawa buscou coesão por meio de uma forma de identidade nacionalista, mais especificamente a identidade nacionalista japonesa. A perspectiva predominante do protesto fundamentava-se na autodefinição de Ryukyu/Okinawa como "japonesa", conceito que Tanji (2006, p. 77) chamou de "nacionalismo da reversão". Entretanto, as ações coletivas na década de 1960 abordavam várias questões, não se limitando apenas à reversão.

Durante esse período, três questões específicas preocupavam os moradores de Ryukyu/Okinawa: (1) crimes e acidentes atribuídos aos militares dos EUA, além de disposições injustas de extraterritorialidade contra os locais; (2) suspeitas de implantação de armas nucleares na ilha, incluindo paradas de submarinos nucleares no Porto Militar de Naha; e (3) a implantação de bombardeiros B-52 em Ryukyu/Okinawa, que sobrevoavam a região para atacar o Vietnã (Rabson, 1989, p. 20). Embora essa identidade japonesa fosse normalmente vista como um ponto de controvérsia na história de Ryukyu/Okinawa, muitos acreditavam, erroneamente, que esses problemas seriam resolvidos com a Reversão.

A terceira onda de protesto foi marcada por um crime de estupro ocorrido em 1995. Após a segunda onda, apesar dos protestos em massa terem passado por um longo período de declínio, Tanji (2006, p. 137) observou uma transição nos discursos de protesto, que passaram de partidos políticos e sindicatos para uma abordagem mais focada no indivíduo e em sua identidade coletiva, levantando a questão: "Quem somos nós e por que protestamos?".

Em setembro de 1995, em uma cidade próxima à Divisão de Fuzileiros Navais dos EUA, na Base de Camp Hansen, no norte de Ryukyu/Okinawa, uma estudante de 12 anos, que voltava para casa após fazer compras, foi sequestrada, violentada e gravemente agredida em uma praia próxima por três soldados estadunidenses. Esse tipo de crime não era novidade para a comunidade local; no entanto, a indignação expressa, inicialmente por um grupo de mulheres e, posteriormente, amplificada pela mídia, marcou o fim de um longo período de relativa calma nos protestos em Ryukyu/Okinawa. As

manifestações antibase da década de 1990 refletiram alguns resultados, como o ressurgimento do “Okinawa Struggle”, a inclusão dos movimentos feministas e ambientalistas nos protestos, e foram responsáveis por alinhar os conflitos de Ryukyu/Okinawa a uma agenda internacional (TANJI, 2006, p. 180).

Hijino e Vogt (2021), ao analisar as produções acadêmicas que têm Ryukyu/Okinawa como foco, identificaram duas linhas principais de conflitos identitários. A primeira é uma corrente da literatura que explora a diversidade de identidades dentro do que hoje é a Prefeitura de Ryukyu/Okinawa. A ideia subjacente a esses trabalhos é destacar a dificuldade de fazer afirmações concretas sobre uma única identidade ryukyuana/okinawana, considerando as especificidades culturais de cada ilha do arquipélago. A segunda linha, em uma abordagem histórica, analisa o processo de “outrificação” (*Othering*), que posiciona Ryukyu/Okinawa em relação ao continente japonês, centrando-se na questão de saber se Ryukyu/Okinawa é, de fato, uma parte legítima do Estado-nação japonês.

Os estudos de Hijino e Vogt (2021) mostram que a escolha de se afastar do que se entende como identidade nacional japonesa é baseada em um posicionamento político em busca de direitos, que pode ser encontrado nas narrativas discursivas antibase. Além disso, esse distanciamento também inclui as perspectivas feministas, ambientalistas e pró-independência, que têm o movimento indígena como suporte. Esses dois discursos se cruzam, mas não necessariamente caminham juntos; o movimento antibase está diretamente relacionado ao imperialismo estadunidense, que ocorre em diversas outras ilhas do Pacífico, como Guam, enquanto o movimento pró-independência dialoga com a soberania japonesa. Em ambos os casos, o objetivo final é a soberania do povo ryukyuano/okinawano sobre seu território.

A contextualização histórica de Ryukyu/Okinawa permite afirmar que a construção do sujeito subjugado envolve diversas formas de violência. No entanto, mesmo assim, é possível estabelecer uma identidade única e utilizá-la como forma de resistência. Adotar uma postura contrária à identidade japonesa pode ser interpretado como uma estratégia discursiva política contra os discursos dominantes.

Parte 2: Tessituras identitárias

O conceito de discurso, conforme abordado por Maingueneau (2018), é crucial para a formação e expressão de identidades, destacando como a linguagem molda as narrativas e,

consequentemente, a percepção das identidades presentes. No contexto literário, essa abordagem assume uma dimensão especial, pois os personagens, narradores e autores não apenas refletem sobre identidades, mas também as constroem ativamente através de escolhas linguísticas.

Os estudos orientalistas sobre cultura, como discutido por Said (2011), ilustram como o discurso literário sobre identidade se entrelaça com a construção do “Outro”. As representações do “Outro” nas obras literárias revelam as dinâmicas de poder e estereótipos que permeiam as interações culturais, fornecendo uma compreensão crítica das identidades e da alteridade.

Na análise da obra *Okinawa*¹⁸⁶ de Susumu Higa¹⁸⁷, o foco foi restrito aos títulos dos capítulos para explorar como esses elementos linguísticos moldam a narrativa e o significado. Esta abordagem metodológica permite uma concentração nas funções discursivas dos títulos, destacando como eles estabelecem conexões e asseguram a coerência narrativa.

A obra em formato de mangá¹⁸⁸ é composto por dois volumes que, originalmente, foram produzidos e publicados em momentos diferentes. No entanto, na versão em inglês, eles foram reunidos em uma única obra. Em uma entrevista incluída na publicação, Higa revela que se inspirou em histórias que ouviu desde a infância, tanto dentro quanto fora do ambiente familiar, histórias que fazem parte da memória coletiva do povo de Ryukyu/Okinawa.

A narrativa foi cuidadosamente elaborada para que a história seja contada e percebida a partir da perspectiva de uma personagem ryukyuana/okinawana. Embora cada capítulo apresente uma história distinta, a obra como um todo mantém um enfoque constante na perspectiva autóctone. Higa utiliza sua obra para abordar temas como a guerra, a ocupação militar, e a resistência cultural e espiritual do povo de Ryukyu/Okinawa, ainda explora a história, a cultura e a identidade de Ryukyu/Okinawa, especialmente em relação às experiências durante e após a Segunda Guerra Mundial.

O mangá é dividido em dois volumes: o primeiro, *Sword of Sand*, centra-se na Batalha de Okinawa e nos impactos devastadores que ela teve sobre a população local. O segundo volume, *Mabui*, foca no período pós-guerra, abordando questões de identidade e espiritualidade em um contexto de ocupação militar estadunidense e sob o domínio japonês.

¹⁸⁶ A edição utilizada foi em língua inglesa, dessa forma, a tradução dos nomes para a língua portuguesa foi feita pela própria autora do artigo.

¹⁸⁷ Susumu Higa nasceu e vive em Naha, a capital da prefeitura de Okinawa.

¹⁸⁸ Mangá é uma forma de história em quadrinhos originária do Japão, caracterizada por estilos artísticos distintos e uma ampla variedade de gêneros.

Vamos falar sobre Ryukyu/Okinawa

O primeiro volume da obra, intitulado *Sword of Sand*, consiste em sete capítulos: *Sword of Sand* (Espada de Areia), *Sands of the Setting Sun* (Areias do Sol Poente), *About my Mother* (Sobre Minha Mãe), *Call of Sand* (Chamado da Areia), *Soldiers of Sand* (Soldados de Areia), *School* (Escola) e *Dirt Thieves* (Ladrões de Terra). A repetição do termo “areia” nos títulos funciona como uma ferramenta discursiva significativa, estabelecendo conexões e coerência entre os capítulos. Segundo Krieg-Planque (2018), a repetição do termo lexical “areia” não é casual; ela carrega significados profundos e simbólicos que vão além do referente literal.

A escolha de manter a palavra "areia" como elemento constante sugere uma intencionalidade discursiva em conectar o leitor a aspectos simbólicos da experiência vivida durante a Batalha de Okinawa. Dessa forma, é importante apresentar os capítulos, que fornecem suporte para o entendimento dos enunciados.

O capítulo *Sword of Sand* (Espada de Areia) narra o episódio em que soldados japoneses desembarcam na ilha de Maeshima, impondo o recrutamento e treinamento da população civil para o exército, mesmo sem haver armas disponíveis para esses soldados recém-recrutados. *Sands of the Setting Sun* (Areias do Sol Poente) descreve o momento em que bombardeios atingem a ilha de Maeshima, localizada longe da ilha principal de Ryukyu/Okinawa, forçando a população a buscar refúgio e proteção, enquanto os japoneses leais ao exército recusam-se a se render, mesmo diante da fome. *About My Mother* (Sobre Minha Mãe), baseado nas memórias da mãe do autor, relata a história de uma mãe que sobrevive à guerra protegendo seus quatro filhos, uma vez que seu marido havia sido recrutado pelos japoneses. Ela se esconde em bunkers e tumbas funerárias, entrando em conflito com militares japoneses, que se mostram mais desesperados que ela diante da violência da guerra. *Call of Sand* (Chamado da Areia) mostra o desfecho da guerra, quando os militares dos Estados Unidos reúnem a população civil e capturam os soldados japoneses, muitas vezes tirando-os de esconderijos e cavernas. Esse capítulo evidencia que os japoneses usavam a população civil ryukyuana/okinawana como escudo humano e, em outros casos, esses mesmos soldados optavam pelo suicídio em vez da rendição. *Soldiers of Sand* (Soldados de Areia) relata a história do pai do autor, que foi recrutado pelos japoneses, acabou preso, enviado ao Havaí e posteriormente retornou para Ryukyu/Okinawa, destacando o desespero dos japoneses em negar o fim da guerra e a rendição.

School (Escola) discorre sobre uma missão atribuída a um professor e seu grupo de alunos para resgatar escritos históricos do Castelo de Shuri antes da chegada dos estadunidenses, mas grande parte dos documentos se perde durante o processo. O autor aproveita a oportunidade para abordar a história do Reino de Ryukyu. Por fim, *Dirt Thieves* (Ladrões de Terra) conta a história de um ceramista tradicional que, ao descobrir restos de ossadas humanas de vidas perdidas durante as batalhas da guerra no local onde retirava argila para suas cerâmicas, chama uma *Yuta* para realizar os rituais fúnebres próprios da espiritualidade ryukyuna/okinawana.

A "areia" simboliza tanto a presença constante dos soldados japoneses quanto a fragilidade subjacente à ocupação militar. Por exemplo, em *Sword of Sand*, a areia representa a força militar e a invasão, enquanto em *Dirt Thieves*, ela reflete a continuidade da presença militar e o impacto da guerra na vida cotidiana dos ryukyuanos/okinawanos. A repetição da palavra "areia" nos títulos não ocorre por acaso; ela é carregada de significados que vão além do simples referente literal. Concordando com Maingueneau (2018, p.97), que afirma que a categorização de uma palavra exerce uma função discursiva, cada categoria linguística é suscetível a manipulações específicas e responde de maneiras diversas aos elementos circundantes. Dessa forma, a atribuição de uma palavra a uma determinada categoria não apenas molda seu significado, mas também determina seu comportamento e interação dentro do contexto discursivo. A escolha de manter a "areia" como elemento constante sugere uma intencionalidade discursiva em conectar o leitor a aspectos profundos e simbólicos da experiência vivida durante esse momento da história.

Embora o autor não faça uma referência direta, a partir da noção de *ethos* discursivo¹⁸⁹, interpreta-se que a utilização do termo lexical "areia" funciona como uma alegoria aos japoneses que desembarcaram em Ryukyu/Okinawa durante a guerra no Pacífico, no contexto da Segunda Guerra Mundial. A "areia" no contexto da Batalha de Okinawa adquire uma carga simbólica multifacetada, refletindo a complexidade da relação entre o exército japonês e a população local. A "areia", representando as praias por onde os soldados japoneses chegavam, sugere uma imposição de controle e presença constante. Essa presença nas praias, inicialmente associada à força e à invulnerabilidade militar, revela-se ambígua diante dos desdobramentos da guerra. O enunciado *Sword of Sand* (Espada

¹⁸⁹ O *ethos* constitui, assim, um articulador de grande polivalência. Recusa toda separação entre o texto e o corpo, mas também entre o mundo representado e a enunciação que o traz: a qualidade do *ethos* remete a um fiador que, através desse *ethos*, proporciona a si mesmo uma identidade em correlação direta com o mundo que lhe cabe fazer surgir (KRIEG-PLANQUE, 2018, p.274-278)

de Areia) insinua a construção de uma imagem de poder e invencibilidade, que contrasta com a realidade que se revelaria com os percalços da guerra.

A "areia", nesse contexto, torna-se uma metáfora para a aparente solidez da ocupação militar japonesa, enquanto, ao mesmo tempo, evidencia a fragilidade e vulnerabilidade subjacentes, uma vez que, com o desenrolar dos eventos, os soldados se mostravam impotentes diante das adversidades da guerra. Essa dualidade simbólica da "areia" amplifica as nuances da experiência vivida durante esse período histórico conturbado.

No segundo volume, a narrativa se desloca para uma Ryukyu/Okinawa pós-guerra, marcada pela presença permanente dos militares estadunidenses e pelo domínio japonês. Intitulado *Mabui*, o volume também é composto por sete capítulos: *Military Landlord* (Senhorio Militar), *Tolerated Cultivation* (Cultivo Tolerado), *Island Duty* (Dever da Ilha), *Homecoming* (Retorno ao Lar), *Military Employee* (Funcionário Militar), *The Journey of Jim Thomas* (A Jornada de Jim Thomas) e *Mabui*.

Mabui é um termo em uchinaaguchi (a língua do povo nativo de Ryukyu/Okinawa) associado à espiritualidade, frequentemente traduzido como "alma" ou "espírito". Este conceito desempenha um papel significativo na compreensão da vida e da conexão espiritual em Ryukyu/Okinawa. Não por acaso, apesar dos sete capítulos do volume apresentarem narrativas independentes, a personagem "Sra. Asato"¹⁹⁰ está presente em todos eles. A "Sra. Asato" é uma *Yuta*, uma mulher dotada de conhecimento ancestral, capaz de manter a harmonia entre os vivos e os mortos, entre o mundo visível e o invisível.

Em um artigo publicado em 1980, o antropólogo Mabuchi buscou compreender a cosmologia ryukyuana/okinawana por meio do estudo das práticas ritualísticas realizadas em diversas vilas e ilhas do Arquipélago de Ryukyu. Ele concluiu que é impossível definir uma única cosmologia, uma vez que as formas de expressar rituais e cerimônias variam entre as diferentes localidades. Embora existam similaridades, as representações se distinguem. No entanto, Mabuchi destaca que a relação entre tempo e espaço, elementos fundamentais de uma cosmovisão, possui características únicas no contexto do povo ryukyuano/okinawano. Mesmo sob influência do taoísmo popular chinês, como o culto aos ancestrais, e do xintoísmo japonês, os habitantes de Ryukyu/Okinawa construíram uma maneira singular de enxergar e reconhecer a vida. Mabuchi contribui para a compreensão das nuances de uma identidade cultural expressa nas práticas espirituais do povo de Ryukyu/Okinawa.

190 Asato-san.

Ao enfatizar o termo *Mabui*, Higa conduz seu leitor por uma narrativa que destaca o papel da Yuta dentro das dinâmicas sociais de Ryukyu/Okinawa. O mito de criação ryukyuano, documentado no livro *Ryukyu: a Bibliographical Guide to Okinawan Studies*, de Shunzo Sakamaki (1961), relata que duas deidades, *Amamia-kyu* (feminino) e *Shineri-kyu* (masculino), ergueram suas cabanas lado a lado. Com a influência da força do vento, esses dois seres manifestaram três descendentes: um homem que se tornou o primeiro líder, uma mulher que se tornou a primeira sacerdotisa, e um menino que representaria os seres humanos. Essas três manifestações, concebidas diretamente das divindades, foram asseguradas por trazer consigo o fogo do Deus-Dragão que habita as profundezas do mar.

O mito confirma a singularidade da mulher ryukyuana como detentora do conhecimento divino, sendo a ponte entre o mundo visível e o invisível. Bell (1984) afirma que toda mulher ryukyuana/okinawana pode ser considerada detentora do potencial de entrar em contato com o reino sobrenatural e possuir algum grau de poder sagrado, sendo vista como especialista religiosa e desempenhando o papel de mediadora em nome de determinados homens e da comunidade como um todo. Há três termos principais para se referir a essas mulheres: a *Noro*, associada à função de conselheira e responsável pelos rituais referentes a toda uma comunidade, seja o reino inteiro ou uma pequena vila; a *Yuta*, que cuida dos assuntos individuais e familiares, sendo solicitada em casos de enfermidades e para consultas com os ancestrais; e a *Kaminchu*, que seria a mulher com conexão com o divino, semelhante a uma médium.

Mesmo com a imposição do xintoísmo, uma religião tipicamente japonesa, e do budismo, as práticas espirituais ryukyuanas/okinawanas ainda se mantêm ativas, embora não tenham a mesma relevância no dia a dia como no passado. Elas estão presentes nas representações de *Obon*¹⁹¹, nos rituais fúnebres e na relação com a natureza. A espiritualidade ryukyuana/okinawana congrega em suas práticas um caráter cultural próprio, e assim, *Mabui* simbolizaria a distinção entre o povo de Ryukyu/Okinawa e os demais.

Dessa forma, os dois volumes do mangá *Okinawa* de Susumu Higa, *Sword of Sand* e *Mabui*, estabelecem um discurso coeso que reforça a construção de uma identidade ryukyuana/okinawana distinta e, em muitos aspectos, adversa à identidade japonesa. No primeiro volume, a repetição do termo "areia" simboliza a resistência e a vulnerabilidade do povo

¹⁹¹ O *Obon* é o período dedicado à honra e memória dos ancestrais, marcado por rituais espirituais, danças e oferendas para receber e guiar os espíritos que visitam suas famílias. Ocorre anualmente no 13º, 14º e 15º dias do sétimo mês do calendário lunissolar, que geralmente cai em agosto no calendário gregoriano.

ryukyuano/okinawano frente à ocupação japonesa durante a Batalha de Okinawa, destacando a opressão e o controle exercido pelo exército japonês. No segundo volume, a ênfase em Mabui e a presença central da *Yuta*, uma figura espiritual feminina, sublinha a persistência e singularidade das práticas culturais e espirituais de Ryukyu/Okinawa, mesmo após a guerra, em um contexto de dominação tanto americana quanto japonesa. Ambos os volumes revelam um discurso que não apenas resiste à assimilação cultural imposta pelo Japão, mas que também afirma uma identidade ryukyuna/okinawana autônoma, enraizada em uma história de subjugação, mas também de resiliência cultural e espiritual.

Considerações finais e reflexões contínuas

A memória histórica dos eventos de Ryukyu/Okinawa, que sofreu intensamente nas mãos das tropas estadunidenses e japonesas no século XIX e durante eventos-chave do século XX, continua a influenciar as relações com o Japão continental. A complexa posição de Ryukyu/Okinawa nas esferas política, econômica e cultural ainda suscita múltiplas questões sobre a identidade e a história dos ryukyuanos/okinawanos. A revisão historiográfica mostra a trajetória de um povo que, submetido a um processo de colonização, enfrenta uma integração assimétrica ao império japonês.

Higa evidencia em *Okinawa* a separação entre o indivíduo ryukyuano/okinawano e o japonês. Essa distância identitária foi utilizada pelo Japão como uma forma de definir o que não era ser japonês, construindo uma imagem do ryukyuano/okinawano como o “Outro”, que serviu de baliza para as empreitadas imperialistas expansionistas do governo japonês. Em um período de reorganização de um sistema de governo, somado à construção de uma identidade nacional, estabelecer um “Outro” contribuiu para firmar o “Eu”. Assim, compreende-se que a identidade nacional japonesa utilizou-se da contraposição da identidade ryukyuna/okinawana para fortalecer seu próprio discurso.

No entanto, ao longo do tempo, observou-se que o Japão se colocou em uma relação de soberania e colonizador desde o primeiro contato com Ryukyu/Okinawa. A maneira como o Japão buscou controlar o discurso identitário da região, ora pontuando-os como o “Outro”, ora integrando-os a uma japonização, variando conforme os interesses de Tóquio e ignorando as demandas locais, revela a situação de subalternidade imposta aos ryukyuanos/okinawanos.

Essa alternância identitária entre ser ou não ser japonês pode ser observada em diversas passagens da obra analisada. Por exemplo, quando os soldados japoneses recrutam e treinam homens

ryukyuanos/okinawanos, estabelecem uma relação de “somos todos japoneses”. No entanto, quando esses mesmos soldados deixam de exercer sua função de proteger a população, ao usar mulheres e crianças ryukyuanas/okinawanas como escudo, evidencia-se a distância entre as partes.

Analisar a situação de Ryukyu/Okinawa vai além de examinar apenas uma comunidade; trata-se de explorar uma prática imperialista em curso na contemporaneidade, que perpetua a subjugação do "Outro" em detrimento do "Eu". Isso nos leva a questionar a própria viabilidade de uma estrutura política, econômica e social baseada nas relações entre Estados-nação, considerando a segregação humana que sustenta esse sistema. Quantas vozes foram silenciadas, e quantos subalternos ainda precisam emergir para manter essa relação de poder entre os seres?

Recontar a história e assumir uma identidade ryukyuana/okinawana, opondo-se à nação japonesa, pode ser interpretado como uma forma de resistência e posicionamento político na busca pelo direito à terra. Os movimentos antibase, tanto em Ryukyu/Okinawa quanto em Guam, por exemplo, não se limitam à dominação estadunidense e ao medo de serem alvos em caso de conflito bélico, mas abrangem o direito da população local à soberania sobre seu próprio território.

Com isso, a obra de Higa, ao oferecer a perspectiva das pessoas ryukyuanas/okinawanas sobre sua própria história e evidenciar as particularidades de sua cosmovisão, destaca os desafios impostos pelo Japão e pelos EUA. Além disso, promove um discurso literário que possibilita uma narrativa que aponta lacunas históricas omitidas pelo discurso dominante do colonizador. Diferentemente das nações imperialistas que constroem um "Outro" para afirmar uma soberania opressora, o sujeito subjugado se remodela com apoio em sua cultura, desafiando o constructo discursivo fabricado sobre ele. Nesse caso, o “Outro” de Ryukyu/Okinawa pode ser representado pelo opressor. O colonialismo não chegou ao fim no século XX; ele permanece presente, com vocabulário e estratégias revestidos de um discurso belicista em prol da paz e manutenção do capital.

Para fortalecer os estudos ryukyuano/okinawanos e apoiar o movimento antibase, é importante reconhecer a luta pela terra e a preservação cultural como questões que se conectam a movimentos globais de direitos indígenas. A situação em Ryukyu/Okinawa reflete desafios que muitas comunidades indígenas enfrentam ao redor do mundo, onde a preservação da identidade e do território é crucial. Ao promover o diálogo e a cooperação entre essas lutas, podemos contribuir para uma compreensão mais profunda das questões de soberania e desenvolvimento sustentável, criando um espaço onde o respeito pelos direitos e tradições das comunidades locais seja prioritário.

Referências

- AKAMINE, Mamoru. **The Ryukyu Kingdom**: cornerstone of East Asia, tradução Terrell, Lina, Huey, Robert N, Honolulu: University of Hawai'i Press, 2017.
- ARAKAKI, Henrique; ASATO, Naomi; KAKAZU, Lúcia; MIYAHIRA, Lucas; OKUMA, André; TOMA, Hiromi. Vídeo-depoimento sobre a 'reversão', 2022. Apresentado no evento 50 anos da '**Reversão**' de Okinawa - **Comemorar o quê?** realizado em 11 de junho de 2022, São Paulo, SP.
- BELL, Rosamund. **Women in the religious life of the Ryukyu islands**: structure and status. Journal of the anthropological Society of Oxford, Reino Unido: 1984.
- BROUDY, Daniel; TANJI, Miyume. **Okinawa under occupation**: McDonalizacion and resistance to neoliberal propaganda. Editora Palgrave Macmillan, 2017.
- CHATANI, Sayaka. **Nation-empire**: ideology and rural youth mobilization in Japan and its colonies. Ithaca: Cornell University Press, 2018.
- HIJINO, Ken Victor Leonard; VOGT, Gabriele. **Identity politics in Okinawan elections**: the emergence of regional populism, Japan Forum: 2021.
- KRIEG-PLANQUE, Alice. **Analisar discursos institucionais**. Tradução Luciana Salazar e Helena Boschi. Uberlândia: EDUFU, 2018.
- MABUCHI, Toichi. **Space and time in ryukyuan cosmology**, in Asian folklore studies vol. 39, n°. 1, pp. 1-19, Nanzan University, 1980.
- MAINGUENRAU, Dominique. **Discurso literário**. Tradução Adail Sobral. São Paulo: Contexto, 2018.
- McCORMACK, Gavan; NORIMATSU, Satoko Oka. **Resistant Islands**: Okinawa confronts Japan and the United States. 2ª ed. Lanham: Rowman & Littlefield Publishers, Inc., 2018.
- ONU. **Declaração das Nações Unidas sobre os Povos Indígenas**. Rio de Janeiro: 2008. Disponível em https://www.acnur.org/fileadmin/Documentos/portugues/BDL/Declaracao_das_Nacoes_Unidas_sobre_os_Direitos_dos_Povos_Indigenas.pdf, acesso em maio 2023.
- RABSON, Steve. **Okinawa**: Cold war islands, edited by Chalmers Johnson, Cardiff, CA: Japan police research institute, 1999.
- _____. **Okinawa**: Two Postwar Novellas by Oshiro Tatsuhiro and Higashi Mineo. Berkeley: Institute of East Asian Studies, University of California, 1989.
- SAID, Edward. **Cultura e imperialismo**. São Paulo: Companhia das letras, 2011.
- _____. **Orientalismo**: o oriente como invenção do ocidente. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.
- SAKAMAKI, Shunzo. **Ryukyu**: a bibliographical guide to Okinawan studies; surveying important primary sources and writings in Ryukyuan, Japanese, Chinese, and Korean. Honolulu: University of Hawaii Press, 1963.
- SMITS, Gregory. **Visions of Ryukyu**: identity and ideology in early-modern thought and politics. Honolulu: University of Hawai'i's Press, 1999.

SPIVAK, Gayatri Chakravorty. **Pode o subalterno falar?** Belo Horizonte: Editora UFMG, 2010.

TANJI, Miyume. **Myth, protests and struggle in Okinawa.** New York: Routledge, 2006.